

A GLOBALIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Octávio Ianni*

É inegável que o jogo das forças que atuam em escala global já se tornou uma determinação importante, com frequência fundamental, sem a qual já não se pode mais entender as configurações e os movimentos do que é local, nacional e regional.

Para compreender as condições do movimento operário no limiar do século XXI, é indispensável começar por reconhecer que o mundo do trabalho adquiriu dimensões propriamente globais. Deixou de ser apenas o espaço da fábrica, setor produtivo ou economia, compreendidos como nacionais, para transformar-se em um espaço também e principalmente mundial. A despeito da importância e urgência dos problemas que emergem em âmbito local e nacional, quando se trata de compreender o mundo do trabalho e o sindicalismo, com a globalização do capitalismo abrem-se outras perspectivas e outros desafios, se queremos compreender o que há de novo no mundo do trabalho e do sindicalismo. Na medida em que essa globalização se desenvolve, generaliza e institucionaliza, envolvendo relações, processos e estruturas de alcance propriamente global, tudo o que é local e nacional

pode mudar de significado; e realmente tem adquirido outro significado.

É claro que o contraponto nacional e global envolve sempre o local e o regional, entre outras situações e articulações importantes. Sobre o nacional, muito já se pensou e praticou. Talvez se possa dizer que a maior parte das interpretações e práticas sobre o mundo operário e o sindicalismo situam-se no âmbito da sociedade nacional, do Estado-Nação, das articulações e tensões no interior da sociedade civil. Em muitos casos, essa realidade nacional está polarizada em diversas localidades, províncias ou cidades. São pólos mais ou menos industrializados e urbanizados em sociedades às vezes muito diversificadas internamente.

Entretanto, na segunda metade do século XX iniciaram-se vários projetos de integração regional, combinando interesses de alguns setores nacionais e internacionais. Associam-se agências governamentais e organizações bilaterais, juntamente com empresas, corporações, conglomerados. Redefinem-se as relações exteriores entre os países envolvidos, de modo a reduzir tarifas, combinar taxas de intercâmbio, realizar intercâmbio de tecnologias, complementar mercados, planejar investimentos etc. Em síntese, os interesses que predominam no âmbito de Estados nacionais se associam em busca de realização de conveniências recíprocas, envolvendo problemas econômicos, sociais, políticos e culturais.

Esse é o caso de projetos de integração regional como os seguintes: Comunidade Econômica Européia (CEE), Tratado de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá (NAFTA), Mercado Sul-Americano (MERCOSUL), Comunidade de Estados Independentes (CEI) e outros.

Mas aqui cabe refletir um pouco sobre os projetos de integração regional. Inegavelmente expressam a convergência de interesses e conveniências de alguns setores sociais dominantes nas nações envolvidas. E podem responder a expectativas de setores sociais mais amplos, compreendendo grupos e classes assalariados. Entretanto, em quase todos os casos, os projetos de integração são também orquestrados pelas empresas, corporações e conglomerados transnacionais. São experimentos e realizações que expressam projetos com frequência bastante articulados de expansão e consolidação de empreendimentos privados nacionais, internacionais e transnacionais.

Isto não significa que as forças predominantes em âmbito global anulam ou reduzem a importância do que é local, nacional e regional. Ao contrário, estas polarizações continuam presentes, e até mesmo podem recriar-se, dependendo do jogo de forças

* Sociólogo, professor da UNICAMP, publicou diversos livros, sendo o mais recente intitulado *A Sociedade Global* (Civilização Brasileira, 1993).

Desde o fim da segunda guerra mundial em, 1945, e mais ainda desde o fim da guerra fria, em 1989, o capitalismo entrou em um ciclo propriamente global, atravessando fronteiras políticas e culturais.

sociais, econômicas, políticas e culturais. Mas é inegável que o jogo das forças que atuam em escala global já se tornou uma determinação importante, com frequência fundamental, sem a qual já não se pode mais entender as configurações e os movimentos do que é local, nacional e regional. "Certos elementos tradicionais do Estado-Nação dependente ou periférico continuam até hoje e revelam indícios de seguir no futuro. Mas, em meio à sua continuidade, apresentam algumas variações significativas. Se antes do auge neoliberal os Estados-Nações não controlavam a acumulação local - como certa vez observou Samir Amin - e se desde há muito os Estados da periferia eram mais débeis que os do centro, as condições objetivas do endividamento e o mercado debilitaram-no ainda mais; e somam-se as políticas de ajuste que têm provocado um debilitamento ainda maior"⁽¹⁾.

Sob vários aspectos, a globalização do capitalismo, implicando a emergência da sociedade global, abre novas perspectivas e novos dilemas para o pensamento e a prática sobre as condições e as perspectivas do mundo operário e do movimento operário. Cabe, pois, refletir sobre essa problemática, se queremos compreender o que há de novo no mundo do trabalho e quais as suas implicações para o sindicalismo.

Primeiro, a globalização do capitalismo envolve nova divisão internacional do trabalho. Em lugar de concentrar-se em alguns países, como ocorria na época do capitalismo nacional, inclusive na dinâmica dos sistemas imperialistas desde que ocor-

re a globalização, a indústria se distribui por muitas nações, em todos os continentes e arquipélagos. O jogo das vantagens comparativas deixa de limitar-se ao intercâmbio entre nações agrícolas, agropecuárias ou de economia primária exportadora, por um lado, e as industrializadas ou exportadoras de manufaturados, por outro. Ao contrário, devido à crescente industrialização e urbanização do mundo agrário, bem como aos desenvolvimentos da indústria química, com a produção de sucedâneos de todo o tipo, a distinção agropecuária, por um lado, e industrial, por outro, perdeu importância. O jogo das forças produtivas em escala mundial juntamente com o jogo de sistemas geopolíticos e as disputas envolvendo empresas, corporações e conglomerados, tomaram um tanto obsoletas as distinções herdadas do liberalismo econômico "clássico". A divisão internacional do trabalho que fundamentava a repartição do mundo entre os países mais poderosos, ou propriamente imperialistas, começou a ser superada pela nova divisão internacional do trabalho. Agora, formam-se zonas francas e maquiladoras por todo o mundo, da mesma maneira que subsidiárias e associadas, bem como alianças estratégicas. Desde o fim da segunda guerra mundial, em 1945, e mais ainda desde o fim da guerra fria, em 1989, o capitalismo entrou em um ciclo propriamente global, atravessando fronteiras políticas e culturais. O taylorismo e o fordismo são complementados pelo toyotismo, a organização flexível do processo produtivo, do modo de organizar o trabalho. Simultaneamente, o mundo do trabalho passa a se organizar com base na automação, robótica e microeletrônica. "A internacionalização da indústria, em sentido amplo, parece ter-se convertido em um aspecto permanente do sistema econômico mundial. A economia tem atravessado etapas cada vez mais abrangentes de integração, já que os bens comercializados, e mais recentemente os mercados financeiros, independentemente das fronteiras nacionais, uniram-se em

uma estrutura verdadeiramente internacional. Os mercados de trabalho encontram-se em processo de integração no sistema internacional, não só por meio da migração, mas também do comércio. No âmbito global de uma divisão internacional do trabalho em mudança, pode ver-se a co-produção como uma das características principais da reorganização internacional da indústria. Enquanto persistirem as diferenças acentuadas entre os salários dos países economicamente avançados e os salários das regiões menos desenvolvidas, continuará a justificar-se a produção por meio de montadoras no exterior"⁽²⁾.

No âmbito do capitalismo global, formam-se centros decisórios novos, independentes dos Estados nacionais. Em geral, localizam-se nas cidades que se tornam globais, de onde operam empresas, corporações e conglomerados, com base na eletrônica e informática. São transnacionais desterritorializadas, mobilizando recursos científicos e tecnológicos para seus diagnósticos, prognósticos, planos, programas e projetos. Operam com base em cartografias "geopolíticas" que envolvem nações, regiões e o mundo como um todo.

Naturalmente os centros decisórios das transnacionais não prescindem dos Estados nacionais, assim como não prescindem das organizações multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e outras. As transnacionais sempre contemplam os Estados nacionais, tanto para colaborar com eles como para induzi-los a se associarem às suas estraté-

1 Pablo Gonzalez Casanova, "La Crisis del Estado y la Democracia en el Sur del Mundo", José Sarukhán Kermez y otros (organizadores), *La Situación Mundial y la Democracia*, vol. I del Coloquio de Invierno, Fondo de Cultura Económica, México, 1992, pp. 243-259; citação da p. 254.

2 Joseph Grunwald y Kenneth Flamm, *La Fábrica Mundial* (El Ensamble Extranjero en el Comercio Internacional) trad. de Eduardo L. Suárez, Fondo de Cultura Económica, México, 1991, p. 334.

Sob vários aspectos, a globalização do capitalismo, compreendendo a nova divisão internacional do trabalho, a transição do fordismo à produção flexível e à emergência da cidade global, consiste em um vasto e complexo processo de globalização pelo alto.

gias e políticas; mas também para serem submetidos ou postos de lado, segundo as razões dessas mesmas estratégias e políticas.

Sob vários aspectos, a globalização do capitalismo, compreendendo a nova divisão internacional do trabalho, a transição do fordismo à produção flexível e à emergência da cidade global, consiste em um vasto e complexo processo de globalização pelo alto. Os interesses e as forças sociais, econômicas, políticas e culturais polarizadas pelas transnacionais predominam na forma pela qual definem-se estratégias e políticas. Se é assim, é óbvio que as classes assalariadas, em geral, e a operária, em particular, são colocadas, desde o início, em situação desvantajosa.

“Parte-se do reconhecimento de que o movimento sindical internacional, até o momento, está em desvantagem em face das transnacionais. Em especial, não alcançou seu grau de centralização e mobilidade internacionais. Inclusive não pode apoiar-se nos países e governos dependentes ou periféricos, que padecem de capacidade suficiente para oporem ações coletivas aos efeitos negativos das inversões e controles transnacionais. Por estes motivos é que a ação principal das organizações sindicais mundiais tem posto ênfase nas organizações internacionais, desde a OIT e a própria ONU até as de caráter regional. Assim, a FSM, a CMT e a CIOSL têm participado e têm exigido cada vez maior intervenção em diversas instâncias, sobretudo na ONU, OCDE e CNUCED,

apresentando as suas propostas e formas concretas de controle”³.

Segundo, a mesma globalização do capitalismo, que promove necessariamente a globalização dos grupos e classes dominantes, promove necessariamente a globalização de grupos e classes assalariadas. A redistribuição das atividades produtivas, compreendendo a nova divisão internacional do trabalho, a formação de uma espécie de fábrica global e a emergência de cidades globais, implica na mobilização de trabalhadores de todos os tipos e qualificações, independentemente de raça, sexo e idade.

É claro que os trabalhadores em geral, assim como os operários em particular, continuam decisivamente inseridos nas conjunturas locais e nacionais, além de que em alguns casos também regionais. As suas condições de vida e trabalho continuam a ser determinadas pelo que ocorre concretamente nas fábricas, setores produtivos, economias nacionais, sistemas regionais. Uma parte importante de suas condições de trabalho, reivindicação e luta define-se por aí. E isto é válido para todos os países, inclusive aqueles que faziam parte do bloco soviético ou do mundo socialista.

Mas cabe reconhecer que as condições de trabalho, reivindicação e luta de cada trabalhador, neste ou naquele país, espelham-se nas condições de trabalho, reivindicação e luta de operários situados em outros países, muitos outros, próximos e distantes. Às vezes, todos são assalariados da mesma empresa, corporação ou conglomerado, estando submetidos a condições, obrigações e direitos articulados por uma direção geral desterritorializada. Em outros casos, são assalariados de empresas, corporações e conglomerados que disputam espaços nos mesmos mercados, manipulam as condições de competição em benefício da produção de mercadorias, aperfeiçoamento da produtividade, melhoria da competitividade, realização de lucro, excedente ou mais-valia. Mas são muitos os casos em que as empresas,

corporações e conglomerados manipulam as diversidades de qualificações, os mecanismos de promoção, as políticas de emprego e desemprego, a flexibilização, a subcontratação ou “terceirização”, jogando com as diferenças de idade, sexo, raça, língua, religião e outras características sociais da classe operária mundial.

Aliás, as migrações em geral, tanto as nacionais e regionais como as de escala intercontinental, podem ser vistas como uma expressão do processo mais amplo de formação da classe operária de alcance global. São muitos os que compõem o imenso exército de trabalhadores ativos e de reserva que se movimenta pelo mundo, pela fábrica global formada com a globalização do capitalismo.

É claro que a proletarianização é muito desigual, contraditória e problemática, do ponto de vista do próprio trabalhador. Envolve perspectivas e desafios novos, com os quais o trabalhador está começando a se habituar. Por um lado, estão a especialização flexível, automação, robótica, microeletrônica, informática, atividade intelectual e manual, comprometimento psico-social e cultural com estratégias e políticas da empresa, etc. Por outro, encontram-se os inúmeros trabalhadores não qualificados, subcontratados e temporários, sujeitos a outras regras de contrato, outra ética de trabalho, dispendo de espaços muito mais reduzidos de estabilidade, ganho, promoção, etc. E cabe lembrar também o grande número de trabalhadores de empresas subsidiárias, subordinadas, subcontratadas, satélites. Também dividem-se em especializados, manuais e semi-especializados. Mas caracterizam-se por uma ampla dispersão pelo espaço do capitalismo, pulverizados em pequenos grupos, dispersos por nações e continentes, ilhas e arquipélagos, soltos, desterritorializados.

3 A. Pérez Voirutiez, *Las Sociedades Multinacionales y los Sindicatos Mundiales ante el Derecho Internacional*, Akal Editor, Madrid, 1981, pp. 55-56.

Aliás, as migrações em geral, tanto as nacionais e regionais como as de escala intercontinental, podem ser vistas como uma expressão do processo mais amplo de formação da classe operária de alcance global.

Sob essas condições, novas e problemáticas para a maioria dos operários, evidentemente muito reais e bastante adversas, é que se colocam as novas possibilidades e dificuldades de organização do movimento operário em geral e do sindicalismo em particular.

Terceiro, a questão social "resurgiu" em todo o mundo. Em lugar de situar-se apenas nos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento, do sul ou do terceiro mundo, sendo inclusive continuamente criminalizada como subversão, tornou a revelar-se um desafio também nos países desenvolvidos, industrializados, metropolitanos, do norte ou dominantes. A reestruturação dos processos produtivos, implicando na incorporação de tecnologias eletrônicas, robóticas e informáticas, logo provoca o desemprego estrutural. Também a industrialização e a urbanização do campo, simultaneamente à universalização do capitalismo, provocam intensos e generalizados movimentos migratórios. O mercado de força-de-trabalho ingressa em um ciclo de ampla movimentação, em âmbito nacional, regional e mundial. Indivíduos, famílias, grupos e coletividades deslocam-se através de fronteiras, geografias e histórias, nacionais e continentais, soltos, desterritorializados.

Esse o contexto em que se intensificam, generalizam, mesclame agravam os mais diversos aspectos da questão: proletarização, pauperismo e lumpenização; carências habitacionais, de saúde, alimentação, ensino e transporte; formação de guetos de subclasses, com frequência compostos de indivíduos, famílias, gru-

pos e coletividades, discriminados social, econômica, política, cultural e racialmente, muitas vezes inclusive por sexo e idade; desemprego cíclico e desemprego estrutural, principalmente este; xenofobias, etnicismos, fundamentalismos, em geral múltiplos.

São manifestações da questão social como um dilema mundial e não apenas nacional. Ocorrem tanto em países da África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania como nos remanescentes do mundo socialista, do bloco soviético. Mas ocorrem inclusive nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América do Norte. Há cidades dos países mais ricos, industrializados ou dominantes, nas quais ocorre o fenômeno da "terceiromundialização". Esse o caso de Los Angeles, New York, Londres, Paris e outras cidades globais, nas quais o "terceiro mundo" parece bastante presente, não só na fisionomia do povo como na complexidade e gravidade da questão social; e também na expansão de atividades econômicas colocadas na categoria de "economia informal"⁴.

É claro que uma parte fundamental das manifestações da questão social diz respeito à condição operária no âmbito da sociedade global. São manifestações muito reais, presentes e urgentes na sociedade nacional, mas adquirem significados novos, reais, presentes e urgentes no âmbito da sociedade global. Na mesma medida em que o operário individual tende a ser determinado pelo coletivo formado no âmbito do capitalismo global, nessa mesma medida alguns aspectos da questão social também são globalizados. Em larga proporção, podem ser vistos como manifestações dos movimentos e configurações do capitalismo mundial, compreendendo o jogo das forças produtivas e as polarizações das relações de produção, compreendendo a gênese do lucro, excedente ou mais-valia.

Quarto, esse o cenário mundial do desenvolvimento operário, do sindicalismo em escala global, ou metamorfose do mundo operário em

operários de todo o mundo. Desde que se globalizam o capitalismo, as classes sociais e a questão social, formam-se algumas das condições básicas do novo movimento operário, do sindicalismo no limiar do século XXI.

Continuam muito válidas as organizações sindicais locais, setoriais e nacionais, além das que se tornam viáveis em âmbito regional. Permite captar os mais diversos aspectos da questão social, tendo em conta a originalidade, gravidade e urgência deste ou aquele contexto social da vida e do trabalho, compreendendo as implicações do desemprego cíclico e estrutural, a formação de subclasses, multiplicação dos preconceitos de raça, sexo e idade.

Mas cabe reconhecer que as estruturas sindicais nacionais, herdadas dos tempos do capitalismo nacional, quando o mundo operário estava circunscrito à nação, debilitaram-se, estão vivendo impasses e buscam alternativas. Para encontrar alternativas, no entanto, cabe começar por reconhecer as linhas básicas da realidade social decorrente da nova divisão internacional do trabalho, com a formação de uma espécie de fábrica global. "A vida do movimento sindical está na organização dos não-organizados. Enquanto muitos dos nossos sindicatos membros estão perdendo afiliados, muitas fábricas de multinacionais do setor metalúrgico continuam não organizadas. Algumas, como a IBM, são notoriamente contra o sindicato. Há outras, no entanto, nas quais, a despeito de uma sólida base sindical no país de origem, nas fábricas de outras áreas do mundo revelam baixo índice de filia-

4 Alejandro Portes, Manuel Castells e Lauren A. Benton, *The Informal Economy* (Studies in Advanced and Less Developed Countries), The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1989; René Dumont, *Un Monde Intolérable* (Le Liberalisme en Question), Éditions du Seuil, Paris, 1988; Comisión Económica para América Latina y el Caribe, *Equidad y Transformación Productiva: Un Enfoque Integrado*, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1992.

Na medida em que o capitalismo cria uma espécie de fábrica global, quando o operário coletivo aparece no âmbito da globalização, quando a mercadoria, lucro, excedente ou mais-valia se realiza no mercado mundial, nessa mesma medida abrem-se perspectivas e desafios para o sindicalismo de alcance global.

ção sindical, ou mesmo ausência de sindicato”⁽⁵⁾.

Cabe começar por reconhecer que se modificaram bastante, e muitas vezes radicalmente, as condições sociais e técnicas de organização do trabalho e produção. E isto significa que modificaram-se as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de organização do movimento operário em geral e do sindicalismo em particular. Modificaram-se as condições de organização e desenvolvimento da consciência social do trabalhador. “O verdadeiro poder de decisão, nas negociações coletivas, não se situa mais na fábrica ou nos escritórios da empresa, mas no âmbito do conglomerado. Diante das empresas multinacionais, os sindicatos irão encontrar-se cada vez mais em posição de fraqueza, em face do interlocutor distante e inapreensível”⁽⁶⁾.

Logo se coloca o desafio de recriar as organizações sindicais, locais, setoriais, nacionais e em certos casos também regionais, com base as perspectivas e desafios emergentes em escala global. Na medida em que o capitalismo cria uma espécie de fábrica global, quando o operário coletivo aparece no âmbito da globalização, quando a mercadoria, lucro, excedente ou mais-valia se realiza no mercado mundial, nessa mesma medida abrem-se perspectivas e desafios para o sindicalismo de

alcance global.

Além de recriar as organizações sindicais locais, setoriais, nacionais e regionais, o movimento operário defronta-se com a necessidade e urgência de renovar as suas organizações internacionais e criar novas de alcance propriamente global. Por um lado, há problemas novos, suscitados pela globalização do capitalismo, envolvendo o jogo das forças produtivas em âmbito mundial. Por outro, cabe reconhecer que muitos dos novos problemas, próprios da globalização, repercutem sobre realidades nacionais, setoriais, locais e inclusive regionais. Está em curso um contraponto dialético entre distintos níveis da realidade social, em geral com forte influência das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica, que se desenvolvem em escala global. A globalização do capitalismo envolve aspectos importantes da formação de uma sociedade de âmbito global. Sendo assim, esta nova totalidade, simultaneamente social, econômica, política e cultural, exerce alguma ou muita influência em muito do que é local, nacional e regional.

“As estratégias sindicais para alcançar o controle dos empregos e das condições de trabalho nas corporações multinacionais incluem: 1) promover contatos e relações trabalhistas com os sindicatos do mesmo tipo existentes em outros países, nos quais a corporação opera; 2) criar e manter sindicatos semelhantes nos países menos desenvolvidos; 3) pressionar os escritórios centrais da corporação para reconhecer e negociar com os sindicatos nestes outros países, quando as corporações se mostram relutantes; 4) abolir horas extras e outras formas de aumento de escala de trabalho nos outros países na ocasião da greve, em todo país em que a corporação opera, de modo a evitar mudanças na produção; 5) organizar o boicote de consumidores dos produtos da corporação, no caso de intransigência do empregador; 6) coordenar as datas limites dos acordos coletivos, nos diversos empreendimentos estrangei-

ros da corporação; e 7) coordenar as negociações nos limites mundiais da corporação”⁽⁷⁾.

Esse o contexto em que se começa a reverter a globalização pelo alto, promovendo a globalização desde baixo. Quando o mundo operário encontra-se em franco processo de globalização, quando o movimento operário é levado a pensar-se e a posicionar-se no âmbito da sociedade global, então o sindicalismo pode colocar-se as perspectivas e os dilemas do novo milênio.

Quinto, por fim, cabe reconhecer que a essência do movimento operário em geral, e do sindicalismo em particular, é a conquista da democracia política e social. Outra vez, a democratização política e social defronta-se com condições e possibilidades, bem como obstáculos e distorções, em todos os níveis, em todos os lugares. Em cada país encontram-se condições e obstáculos muito peculiares. As tradições sociais, políticas e culturais próprias de cada país, associadas ao jogo das forças econômicas, precisam ser levadas em conta. Os próprios operários, como coletividades, grupos e classe, estão impregnados de padrões e valores sócio-culturais próprios de cada sociedade nacional, com sua geografia e história, com as suas experiências de organização, luta, vitória, derrota, aliança, corpo-

5 “Report of the IMF Working Group on Multinational Companies”, apresentado IMF (International Metalworkers Federation) Central Committee Meeting, Praga, 20-21 de maio de 1992, p.5.

6 Charles Levinson, *Le Contre-Pouvoir Multinational* (La Riposte Syndicale), trad. do inglês por Jacques Givet, Éditions du Seuil, Paris, 1974. Consultar também: Scott Lash & John Urry, *The Ende of Organized Capitalism*, The University of Wisconsin Press, Madison, 1987, esp. cap. 8: “The changing Structure of Trade-Unionism”; Ricardo Antunes, “A Crise e os Sindicatos: Impasses e Desafios”, *Teoria & Debate*, nº 20, São Paulo, 1993.

7 Robert W. Cox, “Labor and Transnational Relations”, Robert O. Keohane and Joseph S. Nye Jr. (Editors), *Transnational Relations and World Politics*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1981, pp. 204-234; citação da p.218.

A rigor, a problemática da democracia política e social, algo que está sempre implícito ou explícito no movimento operário, fica mais evidente quando se reconhece que está em curso de formação a sociedade global, uma sociedade civil mundial.

rativismo, radicalidade etc. Mesmo os movimentos operários mais experimentados não escapam às influências da cultura política predominante no país, em cada época.

Mas a luta pela democratização política e social pode mobilizar experiências diversas, passadas e presentes, enriquecer-se com as conquistas já alcançadas neste ou aquele país. A mesma socialização do processo produtivo, em escala global, pode favorecer a socialização das experiências, lutas, derrotas, conquistas e perspectivas da democracia política e social.

A rigor, a problemática da democracia política e social, algo que está sempre implícito ou explícito no movimento operário, fica mais evidente quando se reconhece que está em curso de formação a sociedade global, uma sociedade civil mundial. Isto pode significar que novos contratos sociais podem ser adotados, além dos que já estão sendo adotados. Alguns destes contratos expressam a globalização pelo alto, como os que fundamentam a organização, o funcionamento e o alcance do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BIRD) e outras or-

ganizações multilaterais que articulam interesses e alianças governamentais, empresariais, geopolíticas e outros. Mas outros contratos sociais podem ser as bases preliminares de uma eventual democracia política e social, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Há atividades da ONU, UNESCO e UNICEF, entre outras entidades da Organização das Nações Unidas, que eventualmente podem fundamentar novas organizações, atividades e lutas pela democracia política e social. As Organizações Não Governamentais (ONG), mobilizadas em torno de problemas ecológicos, ambientais, étnicos, relativos a jovens, crianças e mulheres, bem como populações nativas e indígenas, além de genocídios, expressam bastante bem as lutas por novos contratos sociais, em âmbito nacional, regional e mundial.

A sociedade civil mundial também nasce e desenvolve-se de modo problemático, contraditório e bastante influenciada pelos grupos e classes dominantes, articulados em âmbito nacional, regional e mundial. Mas essa mesma sociedade é um espaço de movimentos, reivindicações, propostas alternativas e lutas de todo o tipo. Por isso é que a globalização pelo alto pode ser questionada, posta em causa, revertida. A partir dos movimentos e lutas sociais desenvolvidos pelos trabalhadores, abrem-se possibilidades de globalização desde baixo. Desde as suas raízes locais, nacionais e regionais, o movimento operário pode ser decisivo para essa reversão.

“A criação de comitês transnacionais de trabalhadores será o único

desafio sério à hegemonia das corporações multinacionais, que são herdeiras do poder econômico do Estado-Nação. A produção global exige a solidariedade global nos locais de trabalho. (...) Um reconhecimento mais amadurecido da pluralidade das diferenças deveria acabar com as tentativas ingênuas de exclusão, ou de inúteis esforços de criar organizações internacionais alternativas. Agora já é possível transferir o jogo das forças dos salões dos hotéis, onde os ideólogos do mundo se encontram, para os locais de trabalho, onde se pode defrontar com o capital internacional. O correio eletrônico, o fax e as viagens baratas abrem imensas possibilidades de liberação. (...) No mundo do capital sem fronteiras, em que o capital penetra em todos os cantos do globo, uma força essencial, e talvez única, nasce da organização transnacional dos trabalhadores. Uma nova ordem mundial exige uma nova organização mundial do trabalho”⁸.

Esse o contexto em que o movimento operário em geral, e o sindicalismo em particular, podem criar as condições para a globalização desde baixo. No âmbito das configurações e dos movimentos da sociedade global, o movimento operário e o sindicalismo podem colaborar decisivamente para a realização da cidadania do trabalhador, tanto em escala nacional como mundial.

8 Denis MacShane, “Labor Standards and Double Standards in the New World Order”, Jeremy Brecher, John Brown Childs and Jill Cutler (Editors), *Global Visions (Beyond the New World Order)*, South End Press, Boston, 1993, pp.197-205; citação das pp. 204-205.